

exame materializa, no campo da Educação, a relação entre uma população superexplorada e a escola brasileira. A categoria superexploração, a que se refere Marini (2000), permite compreender como o capitalismo dependente, com sua dinâmica específica, potencializa as relações de exploração do trabalho típicas do modo de produção capitalista.

Situados em uma posição de submissão na divisão internacional do trabalho, os países de capitalismo dependente têm uma relação de intercâmbio desigual com países centrais; e as transferências de valores para esses países provocam a superexploração do trabalho como mecanismo de compensação de perdas. Três características marcam essa maior exploração do trabalho: o aumento da intensidade do trabalho, uma extensão ampliada da jornada de trabalho e a redução do consumo do trabalhador além do limite normal, processo na qual “[...] o fundo necessário do operário se converte, de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital” (MARINI, 2000, p. 124).

Mathias Luce (2013) lembra uma quarta forma que assume a superexploração: o aumento do valor da força de trabalho sem o correspondente aumento da remuneração. Luce demonstra que os elementos da superexploração permanecem vivos na História brasileira recente. A remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor pode ser verificada na diferença negativa entre o salário mínimo nominal e o salário mínimo necessário (SMN), calculado pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos (DIEESE). Em junho de 2022, o SMN era de R\$ 6.527,67, muito acima dos R\$1.212,00 correspondentes ao salário mínimo nominal.

A extensão da jornada de trabalho além dos limites normais é indicada por Luce a partir de dados que mostram que percentual significativo dos trabalhadores brasileiros têm jornadas maiores do que 44 horas semanais. Também o aumento da intensidade de trabalho é demonstrado por casos reais de empresas ou ramos da Economia, como o caso da fábrica de automóveis da GM, em que o percentual de afastamentos por doenças era de 30% dos trabalhadores em 2008 (LUCE, 2013).

Os elementos da superexploração do trabalho estão relacionados, neste estudo, à exclusão de parte da população mais pobre do processo de escolarização. Os inscritos no ENCCEJA são, em maioria, trabalhadores ou filhos da classe trabalhadora que deixaram a escola no final do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. O aumento das inscrições e a consolidação do ENCCEJA demonstra que a escola é uma opção pouco viável para esses trabalhadores.

A renda familiar dos inscritos no ENCCEJA evidencia que o percentual que declarava nenhuma renda ou renda de até 1 (um) salário mínimo nominal era de 46%, em 2018 e em 2019, e de 52% em 2020. Igualmente, entre os motivos que expulsaram esses trabalhadores da escola, os mais pontuados em 2018 e em 2019 foram: primeiro, “trabalho: falta de tempo para estudar” e em seguida, “motivos pessoais: casamento/filhos. Em 2020, a forma de organização da planilha foi alterada, e os motivos mais pontuados foram “falta de tempo para

estudar”, “necessidade de trabalhar para ajudar a família” e “necessidade de ajudar nas tarefas de casa”. Entre as mulheres, o motivo “maternidade na adolescência” aparece em quarto lugar, em destaque junto com os três primeiros citados (INEP).

Outro ponto importante é a idade em que esses candidatos começaram a exercer alguma atividade remunerada. Em 2018, 68% deles responderam que começaram a trabalhar antes dos dezoito anos; em 2019, esse percentual foi de 67%. Essa informação não aparece nas sinopses de 2020. Os dados observados nas planilhas indicam que parte significativa desses trabalhadores deixou a escola e procura o exame por questões que, direta ou indiretamente, têm relação com a superexploração do trabalho pelo capital, pois tem relação com a pouca disponibilidade de tempo para os estudos, tempo que tem sido destinado, principalmente, ao trabalho remunerado ou ao trabalho de reprodução social.

A superexploração do trabalho produz jovens e adultos que precisam dedicar parte do tempo que seria destinado à escolarização para realizar atividades (remuneradas ou não), com a finalidade de contribuir para a manutenção das suas famílias. O ENCCCEJA aparece como alternativa para conclusão do Ensino Básico para esses jovens e, então, nota-se que, ao mesmo tempo em que o ENCCCEJA pode ser considerado produto da superexploração, destinado a trabalhadores ou filhos da classe trabalhadora superexplorados, ele mantém essa dinâmica, pois pode substituir parte considerável do tempo de formação do estudante, tempo esse que é consumido pelo capital.

De fato, se considerarmos que “[...] o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor” (MARX,2010, p. 201), e que na atualidade, a educação formal pode ser considerada parte da composição do valor da força de trabalho, fica claro que esses inscritos tiveram parte do tempo que seria destinado à própria formação transformados em mais-valor para o capital, seja a partir do mais-valor extraído dos próprios candidatos ou de seus familiares. Logo, a categoria superexploração do trabalho mostra-se importante referência para crítica dessa dinâmica de fortalecimento do exame certificador e de perpetuação da exclusão de parte da população do direito à Educação.

Palavras-chave: Superexploração do trabalho; ENCCCEJA; Educação de Jovens e Adultos.

Referências

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6023, de 21.11.2018**. Informação e documentação, trabalhos acadêmicos, apresentação. Rio de Janeiro, 2018

INEP. Sinopses Estatísticas do ENCCCEJA. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-do-enceja>. Acesso em 17 de junho de 2022.

LUCE, M.S. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: **Desenvolvimento e Dependência**. Cátedra Rui Mauro Marini. ALMEIDA FILHO, N. (Org.).Brasília: Editora Ipea, 2013.

MARINI, R. Dialética da Dependência. In: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.